

ÍNDICE

| | |
|--------------------------------------|----|
| NOTA PRÉVIA À 3 ^a EDIÇÃO | 7 |
| NOTA PRÉVIA À 2 ^a EDIÇÃO | 9 |
| APRESENTAÇÃO À 1 ^a EDIÇÃO | 11 |
| SIGLAS | 13 |

| | |
|---|----|
| PARTE I – DO CONTRATO DE FRANQUIA EM GERAL | 15 |
| 1. Introdução | 15 |
| 2. Os sistemas de <i>franchising</i> | 19 |
| 3. Noção e tipicidade do contrato de franquia | 24 |
| 4. As modalidades do contrato de franquia | 29 |
| 4.1. A franquia de distribuição | 29 |
| 4.2. A franquia de serviços | 30 |
| 4.3. A franquia industrial ou de produção | 30 |
| 5. Os elementos do tipo social do contrato de franquia | 31 |
| 6. A análise do conteúdo do contrato | 33 |
| 6.1. A licença de exploração de marca e de outros direitos de propriedade industrial ou intelectual do franquizador | 33 |
| 6.2. A obrigação de transmitir o saber-fazer (<i>know-how</i>) | 36 |
| 6.3. A obrigação de prestar assistência ao franquiado | 43 |
| 6.4. A obrigação do franquiado de suportar o controlo da sua atividade pelo franquizador | 44 |
| 6.5. As obrigações pecuniárias do franquiado face ao franquizador | 46 |
| 7. A cláusula de compra mínima | 50 |
| 8. A qualificação do contrato | 52 |
| 8.1. Distinção face a figuras próximas | 52 |
| 8.1.1. A licença de exploração de marca | 52 |

| | | |
|--------|---|----|
| 8.1.2. | O contrato de concessão comercial | 54 |
| 8.1.3. | O contrato de licença de saber-fazer (<i>know-how</i>) | 58 |
| 8.1.4. | O contrato de agência | 60 |
| 8.1.5. | O contrato de trabalho | 60 |
| 8.1.6. | O contrato de sociedade | 62 |
| 8.2. | Conclusão quanto à qualificação | 63 |
| 8.2.1. | O contrato de franquia como contrato comercial | 63 |
| 8.2.2. | O contrato de franquia como contrato de empresa | 65 |
| 8.2.3. | O contrato de franquia como contrato fiduciário em sentido amplo | 65 |
| 8.2.4. | Um contrato de dependência económica do franquiado relativamente ao franquizador | 70 |
| 8.2.5. | O contrato de franquia como contrato-quadro complexo | 71 |
| 9. | A fase pré contratual | 78 |
| 9.1. | Os deveres pré-contratuais | 78 |
| 9.2. | Os contratos preliminares do contrato de franquia | 86 |
| 9.2.1. | O pré-contrato de franquia | 86 |
| 9.2.2. | O contrato de pré-franquia | 87 |
| 9.2.3. | O contrato-promessa de franquia | 88 |
| 10. | A forma do contrato. Integração. Interpretação. Controlo das cláusulas contratuais gerais | 89 |
| 11. | As relações inter-societárias | 90 |
| 11.1. | As relações de dependência fáctico-económicas | 91 |
| 11.2. | A participação da sociedade franquidora no capital social da sociedade franquiada | 93 |
| 11.3. | Os grupos de direito | 98 |
| 12. | O destino do estabelecimento do franquiado | 99 |

PARTE II – A CESSAÇÃO DO CONTRATO DE FRANQUIA COMO CONTRATO DURADOURO

| | | |
|-------|--|-----|
| 13. | As formas de cessação do contrato de franquia | 107 |
| 13.1. | O acordo das partes | 109 |
| 13.2. | A caducidade | 109 |
| 13.3. | A denúncia | 115 |
| 13.4. | A resolução | 119 |
| 14. | Os direitos das partes após a cessação do contrato de franquia | 126 |
| 14.1. | A indemnização de clientela | 126 |

| | |
|--|-----|
| 14.1.1. O artigo 33º do Dec.-Lei nº 178/86, de 3/7 | 134 |
| 14.2. Os bens em <i>stock</i> | 139 |
| 14.2.1. O fundamento da obrigação alternativa | 145 |
| 14.2.2. A via do enriquecimento sem causa | 150 |
| 14.3. A compensação pela não concorrência | 153 |

PARTE III – O CONTRATO DE FRANQUIA E AS REGRAS DA CONCORRÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA

| | |
|---|-----|
| 15. A concorrência comunitária. Perspetiva geral | 157 |
| 16. A apreciação e o enquadramento da franquia pelos órgãos comunitários | 159 |
| 16.1. O acórdão <i>Pronuptia</i> | 159 |
| 16.2. As decisões da Comissão | 162 |
| 16.3. O regulamento 4087/88, de 30/11 | 163 |
| 16.3.1. A estrutura | 163 |
| 16.3.2. O âmbito de aplicação | 164 |
| 16.3.3. As condições de aplicação | 167 |
| 16.3.4. As cláusulas isentas | 168 |
| 16.3.5. As obrigações consideradas não restritivas da concorrência | 168 |
| 16.3.6. As cláusulas proibidas | 170 |
| 16.3.7. O procedimento de não oposição | 170 |
| 16.3.8. Breve análise comparativa da apreciação ao Tribunal de Justiça e da Comissão dos acordos de franquia | 171 |
| 17. As restrições verticais no âmbito da política comunitária da concorrência | 174 |
| a) cláusulas que conferem proteção territorial aos cocontratantes | 175 |
| b) obrigações do distribuidor em matéria de abastecimento, incluindo as cláusulas de venda conexas | 177 |
| c) obrigações do distribuidor em matéria de venda, incluindo as cláusulas que afetam a sua política de preços | 178 |
| d) cláusula de não concorrência imposta ao revendedor | 179 |
| 18. A proposta alteração das regras comunitárias da concorrência relativas às restrições verticais | 180 |
| 18.1. As deficiências apontadas à política existente à data | 181 |
| 18.2. As opções da Comissão | 181 |
| 18.3. Os pressupostos da política proposta pela Comissão | 182 |

| | |
|--|-----|
| 18.4. O novo regime das restrições verticais na concorrência da União Europeia | 184 |
| 19. O regulamento (UE) nº 2022/720 da Comissão de 10 de maio de 2022 | 188 |
| 19.1. Os pressupostos | 188 |
| 19.2. O âmbito de aplicação | 190 |
| 19.2.1. Os contratos | 190 |
| 19.2.2. A quota de mercado | 192 |
| 19.2.3. Empresas concorrentes | 193 |
| 19.3. As restrições que <i>per se</i> implicam a retirada do benefício da isenção por categoria – restrições graves (art. 4º do regulamento) | 195 |
| 19.3.1. As restrições de preços | 195 |
| 19.3.2. As restrições territoriais | 196 |
| 19.3.2.1. A distribuição exclusiva | 196 |
| 19.3.2.2. A distribuição seletiva | 198 |
| 19.3.2.3. Sistema de distribuição que não seja nem um sistema de distribuição exclusiva, nem um sistema de distribuição seletiva | 199 |
| 19.3.3. As restrições relativas à utilização efetiva da <i>Internet</i> | 200 |
| 19.3.4. As restrições à venda de componentes | 200 |
| 19.4. As restrições excluídas | 201 |
| 19.4.1. As obrigações de não concorrência | 201 |
| 19.4.2. As obrigações de não concorrência pós-contratual | 202 |
| 19.4.3. As limitações à distribuição seletiva | 203 |
| 19.4.4. As restrições aos serviços de intermediação em linha | 203 |
| 19.5. Os casos em que pode ser retirada a isenção | 204 |
| 19.6. A não aplicação do regulamento | 205 |
| LISTA DE JURISPRUDÊNCIA | 207 |
| Supremo Tribunal de Justiça | 207 |
| Relação do Porto | 207 |
| Relação de Lisboa | 208 |
| Relação de Coimbra | 208 |
| Relação de Évora | 208 |
| Relação de Guimarães | 208 |
| BIBLIOGRAFIA | 209 |
| ÍNDICE | 219 |